

ANEXO II CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Importante: As referências sugeridas têm caráter orientador e não retiram o direito da banca de se embasar em atualizações, outros títulos e publicações não citadas. Outros materiais didáticos que abordem os tópicos dos conteúdos programáticos do Processo Seletivo Público podem servir de orientação para os estudos, ficando a critério do candidato escolher a bibliografia que entender como mais conveniente.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

LÍNGUA PORTUGUESA

Conteúdo Programático:

Língua portuguesa, a variedade padrão e a variedades geográficas, sociais e situacionais. Ortografia oficial. Léxico e significação das palavras. Pontuação. Classes, estrutura e formação de palavras. Concordância, regência e colocação. Estrutura sintática da frase. Figuras de linguagem. Texto e discurso. Recursos coesivos. Coerência e conhecimento prévio. Gêneros textuais e tipos de textos: descritivo, narrativo, expositivo, argumentativo e injuntivo.

Sugestões bibliográficas:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro: Global Editora, 2009.

AZEREDO, José Carlos. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. 4. ed. São Paulo: Publifolha: Instituto Houaiss, 2018.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, L. F. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO E NORMATIVAS TÉCNICAS DO SUS

Conteúdo Programático:

SUS: conceitos, fundamentação legal, financiamento, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde. Organização do Sistema Único de Saúde – SUS: comissões intergestores, Conselhos Nacionais e suas respectivas composições. Controle Social: organização social e comunitária. Sistema Único de Saúde e Política Social. Constituição Federal de 1988 (Arts. 196 ao 200). Lei Orgânica de Saúde - Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde e dá outras providências. Decreto 7508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa. Portaria 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Sugestões Bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Saúde. Legislação Básica do SUS. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/edicoes-2016/84-legislacao-basica-do-sus/155-legislacao-basica-do-sus>

Portaria 2.436, de 21 de Setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Conteúdo Programático Específico

Legislação básica da profissão e do trabalho do Agente Comunitário em Saúde; Território em saúde; Abordagens de saúde nos diferentes faixas etárias; Visita Domiciliar; Trabalho em Equipe, Abordagens educativas em saúde; Abordagens de Promoção da Saúde; Ferramentas de trabalho do Agente Comunitário em Saúde; Atribuições do Agente Comunitário de Saúde na Política Nacional de Atenção Básica; Especificidades da Estratégica de Agentes Comunitários de Saúde; Participação na Comunidade; Ação Intersetorial.

Sugestões Bibliográficas

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. departamento de Atenção Básica. o trabalho do agente comunitário de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, departamento de Atenção

Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 84 p. : il. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde)

Cristina Maria Toledo Massadar Morel, Ingrid D'avilla Freire Pereira e Marcia Cavalcanti Raposo Lopes (org.). Educação em saúde: material didático para formação técnica de agentes comunitários de saúde. – Rio de Janeiro: EPSJV, 2020.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia prático do agente comunitário de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 260 p. : il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

Brasil. PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017 Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Brasil. LEI Nº 14.536, DE 20 DE JANEIRO DE 2023. Regulamenta a profissão de Agente Comunitário em Saúde e Agente de Endemias.

Brasil. LEI Nº 13.595, DE 5 DE JANEIRO DE 2018. dispõe sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias

Brasil. LEI Nº 11.350, DE 5 DE OUTUBRO DE 2006 dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências

Lei nº 13.595, de 5 de janeiro de 2018 - atribuições, a jornada e as condições de trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemia

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Coordenação de Atenção Primária à Saúde. Guia de Territorialização e Diagnóstico de Área da APS/DF/Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal/Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde /Coordenação de Atenção Primária à Saúde/DF, 2018. 44 p.

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

Conteúdo Programático Específico

- 1 - Lei ordinária nº. 11.350/2006 e suas alterações; Lei 13.595/2018. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.
- 2 - Atribuições, a jornada e as condições de trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.
- 3 - Educação popular e Saúde: promoção, prevenção e proteção à saúde.
- 4 – Plano Municipal de saúde 2022-2025
- 5 - Noções de higiene e saneamento básico e equipamento de proteção individual e coletivo.
- 6- Noções de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos: noções básicas sobre controle, prevenção de acidentes e primeiros socorros.
- 7 - Noções de epidemiologia: endemia, zoonoses, epidemias
- 8 - Visita domiciliar.
- 9 - Roedores, pragas e vetores em áreas urbanas: noções básicas, prevenção e controle
- 10 - Doenças infecciosas e parasitárias mais comuns no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro.
- 11 - Hepatites virais
- 12 - Raiva: sintomas, transmissão, prevenção e controle.
- 13 - Febre maculosa: sintomas, transmissão, prevenção e controle
- 14 - Leptospirose: sintomas, transmissão, prevenção e controle.
- 15 - Esquistossomose: sintomas, transmissão e controle.
- 16 - Arboviroses: dengue, Zika, Chikungunya e febre amarela: conceito, área de circulação, sintomas, transmissão, prevenção e controle.
- 17 - Doença de Chagas: sintomas, transmissão, prevenção e controle.
- 18 - Tuberculose: sintomas, transmissão, prevenção e controle.
- 19 - Hanseníase: sintomas, transmissão, prevenção e controle.
- 20 - Leishmanioses: sintomas, transmissão, prevenção e controle.
- 21 - Esporotricose: sintomas, transmissão, prevenção e controle.
- 22 - Pandemias: a covid-19.

Sugestões Bibliográficas

1 BRASIL. Ministério da Saúde. Controle de vetores: procedimento de segurança. Brasília: Ministério da Saúde: Fundação Nacional de Saúde, 2001. Disponível em: <http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/funasa/controle_vetores.pdf> Acesso em: 25 de novembro de 2023.

2 BRASIL. Ministério da Saúde. Manual sobre medidas de proteção à Saúde dos Agentes de Combate às Endemias. Vol. 1. Arboviroses transmitidas pelo Aedes Aegypti. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_protecao_agentes_endemias.pdf> Acesso em: 25 de novembro de 2023.

3 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica Vigilância em saúde. Manual de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de vigilância e controle da leishmaniose visceral / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – 1. ed., 5. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_controle_leishmaniose_viscer_al_1edicao.pdf> Acesso em: 25 de novembro de 2023.

4 - BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de vigilância da leishmaniose tegumentar [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2017. 189 p. < https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_leishmaniose_tegumentar.pdf > Acesso em 25 de novembro de 2023.

5 - BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. – 5. ed. rev. e atual. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022. 1.126 p. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_5ed_rev_atual.pdf > Acesso em: 25 de novembro de 2023.

6 - BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_prevencao_controle_zoonoses.pdf > Acesso em: 25 de novembro de 2023.

7 – BRASIL. LEI Nº 11.350, DE 5 DE OUTUBRO DE 2006. Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11350.htm> Acesso em 26 de novembro de 2023

8 - BRASIL. LEI Nº 13.595, DE 5 DE JANEIRO DE 2018 Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13595.htm> Acesso em 26 de novembro de 2023

9 - FIOCRUZ. Educação Profissional em Saúde. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/educacao-profissional-em-saude/profissoes/agente-de-combate-a-endemias>> Acesso em: 125 de novembro de 2023.

10 - MOURA, A. S.; ROCHA, R. L. Endemias e Epidemias – Dengue, Leishmaniose, Febre Amarela, Influenza, Febre Maculosa e Leptospirose. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Nescon. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/3285.pdf>> Acesso em: 25 de novembro de 2023.

11 - VON ZABEN, APB. Manual de Controle Integrado de Pragas. Prefeitura Municipal de Campinas. 2006. 68p. Disponível em: <api.campinas.sp.gov.br/sites/default/files/impressos/fo/FO086.pdf> Acesso em 25 de novembro de 2023.

12 - OLIVEIRA, W. K. et al. Como o Brasil pode deter a COVID-19. Epidemiol. Serv. Saúde, v. 29, n. 2, p. e2020044, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742020000200023>. Disponível em: < <https://www.scielo.br/jj/ress/a/KYN SHRcc8MdQcZHgZzVChKd/?lang=pt.>> Acesso em: 25 de novembro de 2023.

13 - BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Controle de Roedores. FUNASA, 2002 Disponível em < https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/manual_roedores1.pdf>. Acesso em 25 de novembro de 2023.

14 - BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Caderno de educação popular e saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. - Brasília: Ministério da Saúde, 2007. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/caderno_de_educacao_popular_e_saude.pdf

15 - BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Diretrizes para a organização dos serviços de atenção à saúde em situação de aumento de casos ou de epidemia por arboviroses [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 36 p. Disponível em < http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/diretrizes_arboviroses.pdf>. Acesso em 25 de novembro de 2023.

16 - BARBOSA, L. Saneamento e higiene. Universidade Federal de Sergipe. CESAD. <https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/16592916022012Introducao_a_saude_Aula_3.pdf> Acesso em 25 de novembro de 2023.

17. Maricá. Plano Municipal de Saúde 2022-2025. 2021. Disponível em: <<https://static.marica.rj.gov.br/arquivos/downloads/transparencia/publicacoes/planos/Plano-Municipal-de-Saude-de-Marica-2022-2025.pdf>> acesso em 26 de novembro de 2023.